

REFORMA DO JUDICIÁRIO

Reunião Mensal de Associadas do CESA
27 de maio de 2003

Relatório do Comitê Judiciário

Marcelo Antonio Muriel

REFORMA DO JUDICIÁRIO

PEC 29/2000

- Já aprovada na Câmara dos Deputados
- Aguarda aprovação no Senado
- Tramitação suspensa a pedido do Governo (Senador Edison Lobão)
- Tema é mais abrangente do que o que está na PEC 29/2000

REFORMA DO JUDICIÁRIO

Principais Pontos

- Aspectos relacionados à carreira da magistratura
- Aspectos processuais
- Aspectos institucionais

REFORMA DO JUDICIÁRIO

Aspectos relacionados à carreira da magistratura

- Aposentadoria aos 75 anos
- Redução das férias para 30 dias ao ano
- Quarentena para exercício da advocacia
- Aposentadoria integral
- PL 3881/2000 do Dep. Wilson Santos (PMDB) – acréscimo ao art. 30 do Estatuto OAB

REFORMA DO JUDICIÁRIO

Aspectos relacionados à carreira da magistratura (cont.)

- PL 3881/2000 do Dep. Wilson Santos (PMDB) – acréscimo ao art. 30 do Estatuto OAB

“São impedidos de exercer a advocacia:

(...)

Cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta, colateral ou afim, até o terceiro grau inclusive, de membro do tribunal, junto ao respectivo órgão judiciário.”

REFORMA DO JUDICIÁRIO

Aspectos Processuais

- Reforma do CPC
- Sucumbência
- Litigância de má fé
- Gratuidade da Justiça
- Súmula Vinculante
- Encargos moratórios para devedores inadimplentes

REFORMA DO JUDICIÁRIO

Aspectos Institucionais

- Orçamento do Judiciário
- Especialização para grandes e pequenas causas
- Administração/suporte – função jurisdicional
- Informatização
- Papel da Fazenda Pública
- Plano Piloto de Conciliação em 1a. + 2a. Instâncias
- Transformação do STF em Corte Constitucional
- Controle Externo – função jurisdicional e função administrativa

REFORMA DO JUDICIÁRIO

Aspectos Institucionais (cont.) - MOROSIDADE

- Justiça tardia não é Justiça
- Reflexos na jurisprudência dos Tribunais Superiores
- Proporção de 1 juiz para cada 14.000 habitantes (média internacional 1 para cada 7.000)
- Máximo de 20% da população tem acesso à Justiça
- 75% do movimento judiciário de 1a. Instância de casos envolvendo o Poder Público
- 40 a 50 meses para distribuição no 1o. TAC/SP
- 1995 – 4.600.000 feitos + 1.500.000 sentenças (CGJ – SP)
- 2002 – 10.500.000 feitos + 2.800.000 sentenças

REFORMA DO JUDICIÁRIO

Aspectos Institucionais (cont.) - CORRUPÇÃO

- Corporativismo
- Transparência no processo de punição
- Via de mão dupla advogados e magistrados
- Artigo da PEC 29/2000 re. Distribuição imediata dos recursos

REFORMA DO JUDICIÁRIO

FISIOLOGIA E PATOLOGIA

- Criação de Frente no âmbito do CESA - Frente para Preservação da Dignidade do Judiciário e Recuperação da Celeridade
- Organização de Almoço para apresentação do CESA à Magistratura
- Organização de Seminário para a Magistratura
- Ocupação de espaço em encontros estaduais de juízes